

• DESTAQUE •

Leia matéria especial ao final deste boletim

- COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CIJ) em parceria com a ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES (EJUS) e TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PALESTRA: **“ADOÇÃO E OS PRETENDENTES À ADOÇÃO - REFLEXÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO”**

PALESTRANTE:

Carla Alessandra Barbosa Gonçalves Kozesinski – Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Clínica. Supervisora do curso “Do Caso ao Laudo - Adoção” pelo TJSP. Autora e coautora de artigos sobre adoção.

DATA: **7/6/2024, sexta-feira, das 15 às 17 horas**

MODALIDADE: *Exclusivamente a distância*

TRANSMISSÃO: *teams.microsoft.com*

PARA PARTICIPAR [CLIQUE AQUI](#)

• CNJ, STF e STJ •

- [\[http://Simpósio on-line discute plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância de São Paulo\]Simpósio on-line discute plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância de São Paulo](#)

17/5/24 - A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo, promoveu segunda e terça-feira (13 e 14), o Simpósio para a construção coletiva do Plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância, no âmbito do estado de São Paulo, em cumprimento à Resolução CNJ nº 470/2022.

- [Sexta Turma reafirma que consentimento da vítima é irrelevante e mantém condenação por estupro de vulnerável](#)

6/5/24 - A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou o pedido de habeas corpus para anular a condenação de um homem pelo crime de estupro de vulnerável. O colegiado reafirmou o entendimento estabelecido na Súmula 593 do STJ, que considera irrelevantes, para a caracterização desse crime, o eventual consentimento da vítima, sua experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o réu.

- [STF entende que uso de algemas em menor de idade depende de regulamentação para evitar abusos](#)

7/5/24 - A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou, na sessão desta terça-feira (7), que o uso de algemas em adolescentes durante a audiência de apresentação ao juiz responsável deve ser excepcional.

- [Pensão alimentícia e gestão de bens comuns: como o STJ vê a prestação de contas no direito de família](#)

19/5/24 - Uma questão que ainda gera posições divergentes no tribunal diz respeito à possibilidade de o genitor que paga pensão alimentícia mover ação de prestação de contas contra o outro.

• MIGALHAS •

- [Estupro de vulneráveis: legislação é aprimorada, mas número de casos aumenta](#)

14/5/24 – A Legislação a respeito do delito foi aprimorada, mas número de ocorrências mostra que se trata de uma "epidemia criminal".

- [STJ: Menor de 18 anos não pode fazer supletivo para cursar faculdade](#)

22/5/24 – Colegiado modulou os efeitos do julgado para manter as consequências das decisões judiciais que já geraram seus efeitos e autorizaram menores de 18 anos que não tinham concluído a educação básica até a data do acórdão.

• [CIJ promove capacitação sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento](#)

6/5/24 - A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo realiza treinamentos sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para psicólogos, assistentes sociais e escreventes das varas da Infância e da Juventude do Estado. No último dia 29, a equipe da vara do Foro Regional de Santana participou do curso, presencialmente nas dependências do Fórum, ministrado pelo setor de Cadastros e Informação da CIJ. Os servidores receberam orientações sobre utilização da busca ativa, manuseio do sistema para vinculação das crianças aos pretendentes, registro de guarda, conclusão da adoção, significado dos alertas emitidos pela ferramenta, entre outros. A juíza da unidade, Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva, ressaltou que, com a chegada de novos servidores, o curso foi fundamental para a capacitação da força de trabalho.

• [Plano de saúde deve custear exame genético para tratamento de síndrome](#)

12/5/24 – A 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 10ª Vara Cível de Campinas, proferida pelo juiz André Pereira de Souza, que determinou que operadora de plano de saúde autorize e custeie avaliação genética com pesquisa etiológica a beneficiário portador da Síndrome de West.

• [Pensão não pode ser reduzida sem prova de mudança da situação financeira](#)

5/5/24 – A revisão da pensão alimentícia depende de prova da alteração da situação financeira de pelo menos um dos envolvidos na relação. Em uma ação na qual se busca a redução do valor, é o autor quem deve comprovar a ocorrência de algum fato novo que tenha reduzido sua capacidade financeira.

• [CIJ suspende resolução do TJ-SP que amplia julgamentos virtuais na corte](#)

8/5/24 - O conselheiro Marcello Terto, do Conselho Nacional de Justiça, concedeu liminar para determinar a imediata suspensão dos efeitos da [Resolução 903/2023](#) do Tribunal de Justiça de São Paulo, que estabeleceu novos critérios para os julgamentos virtuais do Órgão Especial e dos demais colegiados da corte.

• [Ato infracional não afasta aplicação de tráfico privilegiado, diz Fachin](#)

9/5/24 – A menção a atos infracionais praticados pelo condenado quando era menor de idade não é considerada fundamentação válida para afastar a aplicação do benefício do tráfico privilegiado.

• [Lei Henry Borel não obriga MP a seguir requisição da polícia, diz maioria do STF](#)

16/5/24 – O delegado pode apenas solicitar que o Ministério Público proponha ação cautelar de antecipação de produção de prova em casos de violência contra crianças e adolescentes. O MP tem a prerrogativa de avaliar se é o caso de atuar nesse sentido ou não.

• [Apreensão de drogas na rua não justifica invasão de domicílio](#)

20/5/24 – Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a mera apreensão de drogas em via pública não configura justa causa para o ingresso de policiais no domicílio do suspeito. Não é possível, apenas com base nisso, presumir a existência de mais objetos ilícitos dentro da residência.

• [Religião não pode se opor à vida, diz juíza ao autorizar transfusão em bebê](#)

28/5/24 – O exercício do poder familiar e a liberdade religiosa não se sobrepõem ao direito à saúde e à vida, sob pena de afronta ao princípio da dignidade humana. Com essa fundamentação, a juíza da Vara da Infância e Juventude de Ilhéus (BA) deferiu pedido liminar do Ministério Público (MP) para um recém-nascido ser submetido a transfusão de sangue.

• **Adolescente que confessou ter matado família vai passar por exames mentais**

23/5/24 – O adolescente de 16 anos que confessou ter matado a família na sexta-feira (17) vai passar por exames para constatar o seu estado mental.

• **MP mira Nunes e ex-secretário por expor menores em situação de vulnerabilidade**

24/5/24 – A Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de São Paulo conduz inquérito contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o ex-secretário de Assistência e Desenvolvimento Social Carlos Bezerra Júnior (PSD) em razão de postagens nas redes sociais em que interagem com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O MP investiga se houve uso indevido de imagem para fazer propaganda da gestão municipal na internet.

• **MATÉRIA ESPECIAL - G1** •

• **Plano de saúde alega 'prejuízo' e cancela atendimento a crianças autistas; mães entram na Justiça**

8/5/24 - Empresa fez o comunicado por e-mail e informou que o serviço será interrompido a partir de 1º de junho. Mães temem o retrocesso no desenvolvimento dos filhos, que dependem da rotina e do tratamento.

